

**QUEENSHIP, O PRINCÍPIO FEMININO E
SEU PAPEL NA REALEZA EGÍPCIA:
A RAINHA TIYE COMO MÃE E ESPOSA¹**

Priscila Scoville²

Resumo: *Este estudo explora o papel das mulheres na realeza egípcia, com foco na rainha Tiye. Para tanto, examino a visão egípcia do feminino, enraizada na dualidade, aliada à cosmogonia egípcia, igualmente marcada por tal dualidade. A partir dessa análise, fica possível compreender o conceito de “queenship”, ressaltando o papel transformador e protetor das mulheres na realeza. A associação com divindades femininas ilustra a influência das rainhas egípcias, cujo poder é essencial para a continuidade e a regeneração do Egito. Assim, busco demonstrar as estratégias e a ascensão das rainhas no poder e na religiosidade, enfatizando o papel crucial do queenship na manutenção da ordem e da vida no Egito Antigo.*

Palavras-chave: *Queenship; Egito Antigo; Mulheres; Rainha Tiye.*

**QUEENSHIP, THE FEMININE PRINCIPLE AND ITS ROLE IN
EGYPTIAN ROYALTY: QUEEN TIYE AS MOTHER AND WIFE**

Abstract: *This study explores the role of women in Egyptian kingship, with a focus on Queen Tiye. To this end, I examine the Egyptian vision of the feminine, rooted in duality, together with the Egyptian cosmogony, also marked by such duality. From this analysis, it is possible to understand the concept of queenship, highlighting the transformative and protective role of women in power. The association with female deities illustrates the influence of Egyptian queens, whose power is essential for the continuity and regeneration of Egypt. Thus, I seek to demonstrate the strategies and the rise of queens in power and religiosity, emphasizing the crucial role of queenship in maintaining order and life in Ancient Egypt.*

Keywords: *Queenship; Ancient Egypt; Women; Queen Tiye.*

¹ Recebido em 11 de janeiro de 2024 e aprovado em 22 de março de 2024.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em História e graduada em História, Memória e Imagem pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1193-1321>.

A história do Antigo Egito desperta bastante fascínio nas pessoas, especialmente em relação aos assuntos ligados à religião e aos ritos funerários, expressos no nosso imaginário comum por meio de filmes, livros e demais mídias. Quando falamos em mulheres no Egito, a primeira imagem que vem à mente é a de Cleópatra VII, interpretada por Elizabeth Taylor no filme de 1963. Muito pode ser discutido sobre essa representação, contudo, para os fins deste estudo, o importante de se dizer é que o Egito de Cleópatra VII é muito distante (não apenas temporalmente) do Egito faraônico de antes da dominação estrangeira com o Período Ptolomaico. Igualmente, não podemos resumir a história do Egito faraônico a uma coisa só, como se ele fosse unitário e homogêneo desde sua formação, em cerca de 3.100 A.E.C., até a chegada de Alexandre Magno, em 332 A.E.C.

O exercício de pensar em mulheres da realeza egípcia, quando desconsideramos Cleópatra, é um pouco mais trabalhoso. Os nomes que mais aparecem são todos referentes ao Reino Novo: Hatshepsut, Nefertiti e Nefertari; a rainha-faraó, a esposa de Akhenaton e a esposa de Ramsés II, respectivamente. As duas últimas são conhecidas por causa dos feitos de seus maridos, com a Reforma de Amarna (Akhenaton) e as campanhas militares e a construção do complexo de Abu Simbel (Ramsés II).³ Isso significa que, entre esses nomes, apenas Hatshepsut é conhecida pelas suas próprias ações e isso diz respeito ao período em que ela agiu como governante, não à sua fase como rainha antes da morte do marido, o faraó Tothmés II.

É representativo pensar que, apesar de termos o Egito Antigo muito vivo no senso comum, os assuntos ligados ao feminino são pouco conhecidos. Contudo, pode ser equivocado concluir que a ênfase no âmbito masculino é puramente reflexo de uma visão construída em nossa sociedade patriarcal. Por um lado, como aponta a pesquisadora Lana Troy (2022, p.1), a própria documentação parte de uma perspectiva masculina de escribas e sacerdotes e expressa as normas e ideologias desse grupo. Por outro, a visão que os egípcios tinham sobre as mulheres não era depreciativa ou inferiorizada e, mesmo no âmbito cosmológico, representa uma força essencial como a produtora de vida (Troy, 2002, p. 1). Assim, para que possamos compreender o papel e o status de autoridade das mulheres na realeza egípcia, é preciso antes entender algumas noções que permeiam aquela realidade.

³ Nefertari também é conhecida pela preservação da sua tumba (QV66).

A concepção de mundo na cultura egípcia antiga pode ser percebida por meio da ideia de “dualismo”, que compreende os diferentes aspectos da vida. A dualidade é capaz de explicar “distintas percepções de uma mesma realidade que não competem entre si, apenas tem a finalidade de completar umas às outras para cobrir os múltiplos aspectos de uma realidade complexa” (Galán, 2014, p. 38). A própria ideia de dualismo é dual, uma vez que dialoga com o monismo, no qual o mundo é entendido de modo integrado com uma natureza unitária. É importante frisar, porém, que essas explicações, por mais opostas que pareçam ser, não são excludentes. Para que fique mais claro: toda criação é feita a partir de unidades que se completam, como as Duas Terras⁴ (dois) que compõem o Egito (um). Para tudo, existe sua contraparte: para o dia, há a noite; o sol tem a lua; a ordem tem o caos, etc. Um precisa do outro para existir e, com isso, juntos possibilitam a existência do todo. Do mesmo modo funcionam as atribuições de poder: para o *kingship* funcionar, é necessária a ação do *queenship*,⁵ conforme demonstrarei ao longo deste estudo.

O papel divino da mulher no Egito Antigo

Para a sociedade egípcia, a existência era possível graças à manutenção da *maat* – um conceito que se refere à ordem, à justiça, à verdade, ao equilíbrio e à harmonia. Esse conceito está em oposição ao caos, chamado de *isfet*. Garantir a *maat* era o principal dever dos governantes egípcios, mas era papel

⁴ As Duas Terras referem-se ao Alto e Baixo Egito, cada um regido por uma deusa: a Nekhbet (Alto Egito) e a Wadjet (Baixo Egito), que juntas são chamadas de “Duas Senhoras”.

⁵ Apesar de ainda ser uma área pequena, os estudos sobre o conceito de *queenship* crescem cada vez mais, principalmente na área medieval, e abrem um leque de possibilidades para repensarmos a História como um todo. Isso porque, como dito, a escrita da História é majoritariamente realizada por homens e seus conselheiros que falam sobre seu governo e realizações. O papel da mulher ficou de lado nessa escrita, mas isso não significa que ele não existia. É pensando nisso que autoras como Theresa Earenfight (2013) e Danielle de Oliveira dos Santos-Silva (2021) descrevem esse conceito. Inevitavelmente, *kingship* e *queenship* andam juntos, assim como a dualidade que age na realeza. Para este trabalho, entendo-os como os ofícios de cada parte da realeza, ou seja, o ofício do rei e o ofício da rainha, respectivamente. Nesse sentido, penso os conceitos de forma a incluir seus deveres e responsabilidades, como obrigações públicas e atos ritualísticos, bem como sua posição na sociedade, com a imagem e as prerrogativas associadas ao cargo e ao gênero.

de todos contribuir para que a ordem cósmica fosse mantida. Na vida prática, isso fica refletido nas atribuições dadas para cada gênero. As funções ligadas aos atos de julgar, guerrear, conduzir, iluminar (em relação ao deus-sol Rá) e entregar a semente que dá a vida são relacionadas ao masculino. Enquanto às mulheres seriam atribuídos os papéis de gerar, regenerar, curar, manter o equilíbrio, dar vida, proteger e ocultar (Souza, 2012, p. 38.).

Não cabe a esse ensaio adentrar nos debates sobre a posição da mulher, mas cabe dizer que essa discussão é acalorada e resulta em conclusões bastante contrastantes: há quem defenda um papel de destaque, assim como outros acreditam que elas ocupavam um espaço secundário na sociedade (Souza, 2012, p. 37). Popularmente, o Egito Antigo é tido como uma sociedade matriarcal, ainda que os egiptólogos já tenham rompido com essa ideia há muito tempo (Graves-Brown, 2010, p. 47-48.). Parte desse imaginário criado responde ao status elevado que as mulheres alcançaram, com proteção jurídica e sua participação na vida pública. Seria equivocado, porém, traduzir isso como uma elevação do poder feminino. Igualmente, não podemos afirmar que o destaque garantido pelas funções masculinas acaba por ofuscar a importância das mulheres.

O dualismo é uma forma de entender essa relação, o feminino precisa do masculino e vice-versa. O equilíbrio permite que a *maat* seja mantida e a existência garantida. É importante notar que esse funcionamento não é apenas pertencente ao mundo físico, mas é percebido no âmbito cósmico. Tal equilíbrio também é necessário entre as divindades e está presente desde a criação, com o gênero fluido. Os deuses criadores apresentam características de androginia, carregando elementos masculinos e femininos – e na medida em que os reis eram deuses, eles também seriam capazes de ser masculinos ou femininos (Troy, 2002, p. 3). Por isso, não era um problema que mulheres assumissem o trono, apesar de conhecermos apenas quatro que tenham o feito: pelo gênero ser fluido, as mulheres poderiam se representar como homens para exercer as funções masculinas de condução (isto é, governar). É por isso, também, que uma rainha-faraó, tal qual Hatshepsut, não precisava de um casamento – já que ela em si já representava o feminino e o masculino. Por outro lado, os reis usavam suas esposas para essa associação com o elemento feminino, mas elas não detinham o mesmo poder que um rei (Graves-Brown, 2010, p. 129) – sobre isso, falarei em outro momento.

A cosmogonia egípcia possui variações, mas o princípio feminino pode ser percebido como uma constante. Se pensarmos na crença de Heliópolis,

a mais disseminada, antes da criação havia um oceano de caos, o deus Nun (tido como as águas na escuridão). Dele emergiu a primeira montanha, na qual se encontrava Atum (sendo uma forma de representar a vitória da ordem sob o caos). Atum é o deus criador, que dá vida ao deus Shu (ar) e à deusa Tefnut (umidade) e pela primeira vez podemos ver uma separação de gênero. O masculino e o feminino, antes de serem separados nos dois filhos de Atum, estavam presentes na androginia de Nun e do deus primordial. Sobre isso, é interessante apontar que Nun é representado como um círculo de água, é um espaço de potencialidade da vida e sua materialização (tal como o útero). Atum, por sua vez, dá origem à vida por meio do falo (claramente um elemento masculino), uma vez que os gêmeos Shu e Tefnut surgem da masturbação. O sêmen teria sido engolido por Atum, que, em seguida, cuspiu seus filhos. Nesse contexto, sua mão é percebida como o elemento feminino, chamada de “esposa” de Atum, pois ela é o ambiente que possibilitou a criação (Troy, 2002, p. 4-5).

Em uma outra versão, as águas primordiais são personificadas na deusa-vaca dos céus, Mehet-Weret, cujo nome significa “grande inundação”. Durante o Reino Antigo, Mehet-Weret era associada à entrada (na água) pela qual Rá e o faraó navegariam com a barca solar para entrar no mundo dos mortos (Hart, 2005, p. 91). Sua relação com as águas primordiais faz com que ela seja tida como “mãe” de Rá, uma vez que é dela que o deus-sol emerge. No início do Período Romano, a deusa se transformou em uma vaca e em um peixe – nessa versão, o brilho dos seus olhos teria sido a primeira luz que culminaria no nascimento de Rá (Troy, 2002, p. 5). Assim como Nun, Mehet-Weret pode ser interpretada como o espaço em que o criador vem à existência: não é ela quem age para a criação, sendo apenas o lugar, a água, o útero.

Há, ainda, uma terceira divindade que merece destaque para entendermos o papel da mulher por meio da explicação divina: Nut, a deusa do céu. Nut, mãe de Osiris, é quem recebe seu filho após sua morte e, dentro dela, ele renasce como o governante do mundo dos mortos, ao qual os faraós falecidos se juntariam. Além disso, acreditava-se que todos os dias Nut engolia o sol (possibilitando a noite), que deveria enfrentar a escuridão e a serpente Apep, dentro do corpo de Nut, para poder nascer no outro dia.⁶

⁶ Conforme conta o livro da *Amduat* (que significa “o que está na *duat*”, em relação ao além-vida).

Assim, Nut é, também, mãe de Rá,⁷ uma vez que se torna o veículo cíclico de seu renascer. Nesse contexto, Nut, além de céu, se torna as águas primordiais (que habitam dentro dela) para a regeneração e o renascimento de Rá e Osíris (Troy, 2002, p. 6).

Essas narrativas nos ajudam a entender a configuração e o papel associado às mulheres no Egito Antigo por meio das divindades. O deus Nun e as deusas Nut e Mehet-Weret são representações do criador feminino, colocando-os como um local regenerativo (Troy, 2002, p. 6). O que parece é que esse elemento feminino na criação assume um aspecto passivo, isto é, as deusas criadoras funcionam como um espaço ou recipiente para que a transformação ocorra espontaneamente, gerando um filho. Ela se torna o lugar de regeneração desse filho, sendo, também, sua esposa. Nas narrativas em que o criador é masculino, o elemento feminino aparece como uma extensão de seu próprio ser e passa a ser identificado como sua filha. Tal filha é a personificação das partes do corpo do deus, seja como seu sêmen, seu olho ou sua mão. Isso significa que o homem tem um papel mais ativo na criação: é ele quem age para que outros deuses nasçam (Troy, 2002, p. 8-9).

Por causa do princípio da dualidade, tanto nos casos de um criador masculino como no de um feminino, é necessária a presença da contraparte – uma vez que o masculino e o feminino se complementam e ambos são necessários para a existência. Nesse sentido, o princípio feminino tem uma capacidade própria de transformação, inclusive de si mesmo, e acaba por assumir uma dupla função: por um lado, é a representação da mãe cuidadora; por outro, é a protetora feroz, agressiva e perigosa (Troy, 2002, p. 13). Esse duplo papel, quando transferido para o mundo terreno e refletido na realeza, passa a ser dividido entre as mulheres da família real – isto é, mãe, filha e esposa do rei. A personalidade das deusas é uma forma de perceber, portanto, as imagens e as insígnias das rainhas egípcias, que se espelham nas divindades, seja para a proteção maternal, seja para a sexualidade e a violência (Graves-Brown, 2010, p. 130-131).

Essa relação divina nos ajuda a entender que o olhar egípcio acerca do papel das mulheres no mundo estava intimamente ligado à maternidade. Essa noção fica bastante visível quando lemos “Textos de Sabedoria”. Esses do-

⁷ Nut, na cosmogonia heliopolitana, é filha de Shu e Tefnut, os gêmeos criados pelo deus-sol.

cumentos nos apresentam uma sociedade ideal, regrada e organizada a partir de ensinamentos de comportamento (Lichtheim, 2006, p. 135-146). A função a ser desempenhada pelas mulheres pode ser percebida, por exemplo, nas “Instruções de Any”, que recomenda que os homens se casem cedo para terem muitos filhos; que não tentem controlar sua esposa dentro de casa, quando ela é eficaz; e que respeitem e amem suas mães (Bakos, 2009, p. 49-51). Podemos imaginar que as mulheres realmente se preocupavam com a gestação de sua prole, fazendo preces às divindades de fertilidade, maternidade e protetoras das mães, como Bastet, Hathor e Tauret (Graves-Brown, 2010, p. 60-61). Isso não significa, porém, que às mulheres fosse negada uma vida pública e seus direitos. Isso não significa, porém, que as mulheres eram negadas a uma vida pública e aos seus direitos. Pelo contrário, elas gozavam de muitas liberdades e independência, podendo, por exemplo, adotar crianças em seu nome, pedir divórcio e fazer testamentos (Watterson, 2013, p. 31-39).

As mulheres tinham um papel essencial na manutenção da vida e da *maat*, isso fica claro se considerarmos as questões apontadas anteriormente. Quando pensamos na família real, tais ideais também são aplicados, por isso, podemos afirmar que não é possível falar em *kingship* sem falar em *queenship* no Egito. Afinal, “o elemento feminino aparece no decorrer da História do Egito Antigo como aquilo que empodera o masculino. Um *kingship* sem a incorporação ativa do princípio feminino era, na mentalidade egípcia, quase que literalmente indefeso e impotente” (Troy, 2002, p. 24). Isso significa que o exercício do poder real, apesar de ser designado aos reis, somente era possível por meio da associação das mulheres que o cercavam – estas agiam como as deusas, auxiliando no desempenho do faraó. Em outras palavras, se o rei era o Hórus enquanto vivo e Osíris após a morte, a rainha era sua consorte divina (Graves-Brown, 2010, p. 130). Durante a criação, nenhum deus poderia agir sem o auxílio do princípio feminino. Da mesma forma, o *kingship* não pode ser exclusivamente masculino, uma vez que necessita da regeneração (que só é possibilitada pelo feminino). As mulheres da realeza possuem um papel fundamental na manutenção da vida e do próprio Egito.

○ *queenship*

Na língua egípcia não existe uma palavra para designar “rainha”, os termos que se referem a essas mulheres as colocam de forma associada ao rei, como: “Mãe do Rei”, “Grande Esposa Real” e “Esposa Principal”. Antes de

continuarmos, é importante considerar que era comum os faraós se casarem com várias mulheres, possuindo haréns e esposas secundárias. Essas esposas secundárias raramente são documentadas em monumentos reais e não devem possuir nenhum título além de “Esposa do Rei” – ao que parece, elas não exerciam nenhum papel ritualístico.⁸ Em contraste, a “Esposa Principal” e a “Mãe do Rei” são bastante atestadas ao longo da história egípcia, tanto em monumentos reais, como não reais (Robins, 2002, p. 25). Por isso, ao falar em “rainha”, me refiro a essas mulheres que possuem os títulos de “Esposa Principal” e “Mãe do Rei”, pois são elas que assumem uma posição elevada em relação às demais e um papel espelhado no princípio feminino enquanto espaço de criação e regeneração (mãe) e agente ativo na renovação do rei (esposa). Elas participam do *kingship* como a força que torna a continuidade possível e como a proteção dos símbolos de poder (trono, coroa, *maat* e o próprio Egito) (Troy, 2022, p. 24). O *queenship*, por sua vez, era entendido como uma extensão da ideologia real – como apontei anteriormente.

Ao transferirmos as noções divinas para o mundo terreno, percebemos que as rainhas (esposa e mãe), juntas, representam a consorte divina. É interessante notarmos que a pluralidade de cosmogonias permitia que as rainhas assumissem aspectos de diferentes deusas para cumprir o seu papel. Contudo, durante a maior parte da história do Egito, temos a deusa Hathor como a típica imagem de mãe divina, sendo mãe e esposa do deus Hórus (que, como dito, está encarnado no rei).

Hórus e Hathor são intimamente associados, fazendo com que essa deusa seja o modelo para o *queenship* (Graves-Brown, 2010, p. 130). O seu nome significa “casa de Hórus”, colocando a deusa como “senhora do céu” cujo ventre protege o deus-falcão (Hart, 2005, p. 61-65). Contudo, ela é uma divindade de essência complexa e difícil de ser explicada, até mesmo para os egípcios. Hathor é uma deusa solar, filha de Rá, protetora das mães e da maternidade, mas também é a deidade da música, das festividades e dos territórios estrangeiros. Há quem defenda que, mais do que unicamente uma entidade, Hathor é uma tipologia divina (Graves-Brown, 2010, p. 130), por isso muitas outras deusas são associadas a ela, mantendo elementos individuais, como é o caso de *Maat*, Mut, Ísis e Sekhmet. Hathor tem uma na-

⁸ O papel das mulheres de elite no Egito, em específico do Reino Novo, incluindo as esposas secundárias, filhas e irmãs do rei, pode ser visto na dissertação de Anette Oliver (2008).

tureza predominantemente benigna, tida como “Mãe do Rei” – o que gera confusão, pois, no mito de criação, Ísis é a mãe de Hórus.⁹ Contudo, ela pode assumir características agressivas, como atestado no “Mito de Destruição da Humanidade” (que compõe o *Livro da Vaca no Céu*). Nessa lenda, Rá, irritado com os homens, decidiu enviar seu olho (emblema do poder divino e título conferido a algumas deusas) para aniquilar a humanidade – esse olho era Hathor, sob a forma de Sekhmet.¹⁰ Isso nos ajuda a entender o porquê de Hathor ser tão importante na associação do *queenship*: ela está ligada ao faraó (sendo mãe e esposa de Hórus) e possui ambas as características do princípio feminino (com a proteção maternal e a agressividade).

A associação das rainhas com o culto de Hathor é atestada desde o Reino Antigo, mas é no Reino Novo que ela se intensifica, ganhando novas insígnias (Troy, 2002, p. 14-15). As rainhas possuíam indumentária característica desde o Reino Antigo, com esses primeiros símbolos representando as Duas Senhoras, que são as divindades Wadjet e Nekhbet – protetoras do Baixo e Alto Egito¹¹ e tidas como “Mãe do rei” e “Olho de Rá” desde a I Dinastia. Na V Dinastia, as imagens das rainhas começaram a se diferenciar das demais mulheres, ganhando, em especial, coroas e adereços de cabeças que as relacionavam com deusas e sua natureza dual. Nessa época, temos a coroa de abutre (animal associado à Nekhbet) – é interessante apontar que o hieróglifo de abutre é a palavra utilizada para “mãe” em egípcio (*mwt*). Na dinastia seguinte, a coroa passou a apresentar, também, a cobra (ou *uraeus*), como uma referência à Wadjet enquanto protetora do rei – afinal, a *uraeus* é a cobra (ou “Olho de Rá”) que cospe fogo em defesa do faraó (Graves-Brown, 2010, p. 131).

Além das coroas, outras insígnias usadas apontam a relação com a dualidade, com o “Olho de Rá” e com as Duas Senhoras. Igualmente, muitos são os títulos que foram aparecendo para designar as rainhas. No Reino Antigo, a esposa principal do faraó recebia títulos como “Aquele que une

⁹ É possível que originalmente Hathor fosse tida como a mãe de Hórus, no mito em que Hórus e Seth eram irmãos, e o papel de mãe acabou por ser transferido para Ísis quando a narrativa foi absorvida na história de Osiris, fazendo que Hórus fosse filho dessa deusa para poder ganhar o trono egípcio (Hart, 2005, p. 61-65).

¹⁰ Divindade com aspecto antropozoomórfico, com cabeça de leão, que servia de instrumento da justiça divina.

¹¹ Isto é: as Duas Terras, citadas anteriormente.

os dois senhores”, “Aquele que contempla Hórus e Seth”, e “Mãe dos Filhos do Rei” (os dois primeiros em referência às terras do Egito). No Reino Médio, por sua vez, aparecem títulos de “Esposa do Deus”, “Mãe do Deus” e “Grande Esposa Real” (Watterson, 2013, p. 115). Contudo, é no Reino Novo que a influência das rainhas parece superar os períodos anteriores e as suas figuras se tornam mais representativas, com mais impacto de governo e mais insígnias explícitas.

Gay Robins afirma que esse papel mais destacado das rainhas no Reino Novo pode ser consequente de mudanças nas estratégias reais de casamento, quando passou a ser comum que mulheres de fora da família real se tornassem “Esposas Principais” – a maioria era membro da elite (Robins, 2002, p. 31). Ademais, essa potencialização pode ser resultado do final do Segundo Período Intermediário, quando as rainhas Tetisheri, Ahhotep e Ahmose-Nefertari contribuíram ativamente para a reunificação do Egito e a expulsão dos hicsos.¹² Essas três rainhas acabaram por criar um padrão de autoridade feminina que se manteve durante a XVIII Dinastia, sendo efetivado por Tiye (sobre a qual me dedicarei nas próximas páginas).

Antes de especificarmos o caso da rainha Tiye, em meio a esse contexto de autoridade, é importante frisarmos algumas insígnias e relações do *queenship* no Egito. Em primeiro lugar, nosso conhecimento sobre o *queenship* é limitado, mas parece se resumir ao papel divino de acompanhar o rei (Robins, 2002, p. 31), conforme as estruturas e as crenças que apontei anteriormente. Em segundo lugar, cada vez mais, as rainhas receberam símbolos e adereços que as diferenciavam das demais esposas do rei. No caso da XVIII Dinastia, essas mulheres receberam uma coroa com uma dupla *uraeus*, possivelmente representando as deusas Wadjet e Nekhbet (esta, além da forma de abutre, também pode aparecer na forma de serpente). Também é no Reino Novo que o uso da coroa com duas plumas se torna comum (apesar de esta já existir desde a XIII Dinastia). Essas duas plumas pareceram estar representando as duas uraei e poderiam ser colocadas em um suporte circular que simbolizava o “Olho de Rá” (Graves-Brown, 2010, p. 131).

As uraei, o sistro e o colar *menit* são usados pelas rainhas e, assim com elas próprias, são apotropaicos, utilizados como calmante¹³ e para renascer

¹² Para mais detalhes, recomenda-se a leitura de Barbara Watterson (2013, p. 127).

¹³ O uso do sistro, além de acalmar a deusa Hathor, também aparece para acalmar

Hathor. Apesar de a associação das rainhas com Hathor acontecer desde o Reino Antigo, ela só se torna explícita durante o Reino Médio. E, durante o Reino Novo, a legitimidade do rei parece estar dependente da sua ligação com a deusa Hathor, encarnada nas rainhas que, desde a XVIII Dinastia, usam o disco solar com os chifres da deusa (Graves-Brown, 2010, p. 132-133).

Por fim, um último elemento a ser considerado para entendermos as crenças ao redor do *queenship* é a relação do rei com o Egito em si. Por um lado, as rainhas possuem insígnias que as associam às Duas Senhoras (com o abutre e a serpente), em referência às terras do Alto e Baixo Egito. Isso significa que o Egito está intimamente relacionado com Wadjet e Nekhbet, mas, também, é tido como o lugar de regeneração, onde estão as águas primordiais do céu noturno. Em egípcio, o termo que designa essas terras é *kemet*, uma palavra feminina, e também aparece como *hmwt* (Senhora) na Estela de Kamose, e como “única filha de Rá”, na Estela de Merneptah. Anteriormente, já apontei a relação de Nekhbet com a maternidade por meio do hieróglifo de abutre; Wadjet, por sua vez, significa “a jovem” ou “a verde”, sendo um símbolo do olho divino. Isso significa que a dualidade do princípio divino aparece nas Duas Senhoras, como mãe (abutre = *mwt*) e filha (“a jovem”). O verde de Wadjet ainda pode ser uma referência à fertilidade nas terras das margens do Nilo, como aquela que propicia a vida. Assim, o papel das mulheres acaba por coincidir com o papel do próprio Egito, que também pode funcionar como a contraparte do rei (Troy, 2002, p. 16-18).

A rainha Tiye

A mudança na estrutura régia no Egito do Reino Novo já foi apontada anteriormente; com ela, as mulheres da realeza ganharam um maior poder de autoridade por meio da associação mais íntima entre as rainhas e o *kingship*, graças ao princípio feminino. Para entendermos essa potencialização das rainhas e a representatividade de Tiye, é importante considerarmos o contexto da formação do Reino Novo.

De forma breve, a saída do Segundo Período Intermediário, com os embates entre os tebanos e os hicsos, resultou em uma Tebas que simboli-

o “deus”, que não é identificado como seu marido, mas como seu pai. Isso talvez contribuisse para a legitimidade da rainha, uma vez que elas já não eram vindas, necessariamente, da família real (Troy, 2002, p. 20).

zava a resistência contra o estrangeiro e que iria enriquecer com os espólios das campanhas militares promovidas pelos primeiros governantes da XVIII Dinastia. A derrota dos hicsos teve participação ativa de três rainhas, já mencionadas em outro momento, que estabeleceram um padrão para aquelas que viriam depois. A primeira rainha a seguir esse padrão de autoridade foi Tiye (Watterson, 2013, p. 116-117) – apesar de esta pertencer à segunda metade da XVIII Dinastia.

É comum encontramos referências à Tiye como “rainha plebeia”, uma vez que ela não tinha sangue real. Talvez, sua família fosse remanescente de uma elite militar de fortes laços com a realeza. Seu pai, Yuya, era um chefe militar, sacerdote de Min, e sua mãe, Tuya, sacerdotisa de Min (Green, 1997, p. 7). Seu irmão, Anen, era o Segundo Profeta de Amon, e é bastante provável que Ay também fosse seu irmão. Ay sucedeu Yuya como “Pai do deus” e, posteriormente, se tornou faraó. Existe uma hipótese de que Yuya fosse irmão de Mutemwia (Dodson, 2014, p. 42), a esposa do faraó Tothmés IV. Ela, por sua vez, pode ter sido uma princesa mitânica enviada para um casamento diplomático por Artatama, mencionada em uma carta de Tushratta, anos depois (Dodson, 2014, p. 25-27) – mas essa teoria foi negada por Lawrence M. Berman (2004, p. 4). Todas essas relações de parentesco nos apontam que, apesar de não ser membro da família real, Tiye certamente vinha de uma linhagem importante e influente.

A união de Tiye e Amenhotep III aconteceu pouco depois de ele assumir o trono do Egito e pode ser amplamente percebida por meio dos escaravinhos de casamento. Estes fazem parte de um grupo muito maior de escaravinhos pertencentes aos primeiros 11 anos de governo de Amenhotep III. Centenas de escaravinhos comemorativos foram produzidos e enviados para territórios variados com o objetivo de anunciar eventos importantes. Um total de 56 deles mencionam Tiye e seus pais, evidenciando a origem não real da rainha. Apesar de não tratarem especificamente sobre o matrimônio, essas peças ficaram conhecidas como “escaravinhos de casamento”. Os registros referentes à Tiye, porém, não são limitados a estes escaravinhos. Na verdade, ela é mais proeminente do que qualquer outra “Grande Esposa Real” anterior – e esse contraste fica ainda mais claro com a invisibilidade das outras esposas de Amenhotep III (Dodson, 2014, p. 44).

Tiye parece ter sido muito ativa no governo; possivelmente, ela era uma mulher muito inteligente, políglota e confiável (Kozloff, 2012, p. 100). Sua

participação e relevância podem ser percebidas por todo o território desde a Núbia até a Ásia, demonstradas por meio de construções e documentos. No ano 11 do governo de Amenhotep III, um lago foi construído para Tiye em Djarukha (Akhmin), cidade natal da rainha – uma homenagem que nenhuma outra rainha jamais havia recebido (Kozloff, 2012, p. 108). O fato de ser originária de Akhmin ainda sugere algumas questões interessantes sobre a família da rainha. Essa cidade era conhecida pela tecelagem de linho, tinha uma grande taxa de habitantes estrangeiros e era dedicada ao culto do deus Min (deus relacionado ao leste). Por si só, essas informações não nos dizem muito, mas aliadas a algumas particularidades de Tiye, pode-se sugerir que, talvez, sua família tivesse origem asiática – ou ao menos alguma ligação com as sociedades ao leste. Em primeiro lugar, os nomes da rainha e de seus pais parecem ter confundido escribas, que os grafavam em várias formas diferentes. Também há um debate sobre o nome “Yuya” ser uma variação do semítico Yoel. Yuya, ainda, tinha um alto cargo, sendo o comandante da cavalaria, o “mestre dos cavalos” – esses animais vinham da Ásia e eram extremamente valorizados. Há quem diga que Yuya foi uma das pessoas enviadas ao Egito acompanhando presentes do reino de Mitani ao Tothmés IV; ou, ainda, um dos soldados *maryannu* que chegaram aos antecessores de Amenhotep III. Ademais, as múmias do casal e suas representações têm traços mais parecidos com povos semitas do que com os egípcios. Por outro lado, o nome “Thuya” é um diminutivo do egípcio Ahhotep. Se ela tinha sangue estrangeiro ou não, ainda é inconclusivo (Kozloff, 2012, p. 102-105). Sabemos, também, que Tiye manteve bons contatos com o mundo asiático, tendo trocado cartas com a rainha mitânia Yuni e com o próprio rei Tushratta – mas, sobre isso, falarei em outro momento.

Por ora, foquemo-nos na relação de Tiye enquanto contraparte de Amenhotep III. Dificilmente podemos afirmar que a união dos dois foi uma escolha amorosa, dado que ela não devia ter mais de 12 anos e ele 15 quando se casaram. Não sabemos como eles se conheceram, nem como o casamento foi arranjado, contudo, o afeto entre Amenhotep III e Tiye fica perceptível por meio da representação e da ação da rainha durante o governo do marido. Inicialmente, ela não deve ter tido muito poder, mas ganhou o título de “Grande Esposa Real” e o manteve até o fim de sua vida, tendo apenas a partir do ano 31 do governo de Amenhotep III dividido o título com sua filha, Sitamon, ainda sem nunca perder seu posto (Watterson,

2013, p. 117). Afinal, o princípio feminino permite a diferença geracional dentro de um mesmo aspecto: Hathor, por exemplo, era mãe, esposa e filha do sol – e agora esses elementos estavam divididos.

Aos poucos, Tiye foi incorporada no culto solar. Durante o primeiro jubileu *heb-sed* (festival de renovação de 30 anos), as imagens de Amenhotep III mudaram e ele foi deificado ainda em vida. Nesse momento, iconograficamente, Amenhotep III era Aton. Tiye, igualmente, foi deificada em vida, se unindo às deusas Tefnut e Hathor – e em uma ocasião com o corpo de Tauret (todas deusas associadas ao princípio feminino discutido nas páginas anteriores). A rainha usa o colar divino *shebyu* (Dodson, 2014, p. 34), confirmando sua divindade, e recebe um templo em Sedeinga, na Núbia. Assim, Tiye tornou-se a contraparte de Amenhotep III, sendo o “Olho de Rá” no Sudão e a esposa da divindade Nebmaatra (nome de trono de Amenhotep III), que ajudaria a restaurar a *maat* (Bryan, 2003, p. 259).

A relação com *maat* fica mais óbvia quando vemos representações de Tiye na forma de esfinge,¹⁴ às vezes massacrando inimigas (uma imagem tradicionalmente masculina). Sobre essa relação, destaca-se que a associação da família real com felinos acontece desde o Reino Médio, ainda que algumas rainhas do Reino Antigo já fossem associadas ao leão. Assim, não é completamente inédita a ideia de Tiye como esfinge, mas ela valoriza as características felinas, enfatizadas por amuletos de presas de leão ou gatos (Graves-Brown, 2010, p. 131-132). No Reino Novo, a imagem da esfinge aparece com Tiye e Hatshepsut, sendo que nesta última apenas em relação ao seu período de faraó. Essa aproximação com felinos reforça uma natureza de bravura e agressividade (ou seja, a proteção violenta de Sekhmet associada ao princípio feminino). No caso de Tiye, essa noção é ainda mais enfatizada pelo título “Grande de Terror” que ela recebeu (Graves-Brown, 2010, p. 132).

Ainda sobre a representação da rainha, parece relevante apontar que, frequentemente, o nome de Tiye acompanha o do marido em inscrições cerimoniais e sua figura pode estar do mesmo tamanho do faraó (Aldred, 1994, p. 152), como na famosa estátua colossal do casal no Museu do Cairo, retirada de Medinet Habu. Assim, o tamanho, a frequência e a criação de uma imagem divina de Tiye como contraparte de Amenhotep III

¹⁴ Ver, por exemplo, *Carved Plaque from a Bracelet*, hoje no Metropolitan Museum of Art, número de catálogo 26.7.1342.

são bastante enfáticos e serviram como protótipo para o papel de Nefertiti quando Akhenaton reformulou o sistema político-religioso do Egito no Período de Amarna (Dodson, 2014, p. 44; Berman, 2004, p. 7). Ademais, Aidan Dodson (2014, p. 54) defende que a figura de Tiye assume um status de “quase-rei”.¹⁵ Essa associação com o *kingship*, que Dodson coloca como “quase-rei”, encaixa-se no caráter do *queenship*, sendo aquele dependente deste, em especial, durante o Reino Novo – conforme já aponte nas páginas anteriores. Nesse sentido, Tiye pode ser percebida como um exemplo ideal de *queenship* egípcio. Certamente, a posição de poder da rainha foi reconhecida tanto no ambiente interno como externo do Egito.

É importante lembrarmos que o papel dessa rainha não é resumido à sua representação ao lado do marido ou de seu templo na Núbia (que foi construído para acompanhar um templo dedicado ao Amenhotep III em Soleb). Mais do que adereços de complemento ao *kingship*, as rainhas tinham à sua disposição oficiais e riquezas e, assim, poderiam exercer seu papel de autoridade e prestar favores pessoais. Talvez, elas pudessem escolher os funcionários que atuariam com elas e, talvez, elegessem parentes para esses postos – mais importante, elas nomeavam os oficiais do governo-geral. Isso significa que, por um lado, famílias de elite tinham vantagens em manter mulheres entre as esposas dos reis, por outro, isso poderia desencadear intrigas entre os oficiais (Robins, 2002, p. 30). E sabemos que essas mulheres, mesmo quando não eram a “Grande Esposa Real”, conseguiam exercer influência por meio de conspirações que foram registradas, como uma famosa no harém de Ramsés III.¹⁶ O interessante nessa situação é que não parece que os homens poderiam registrar seu parentesco com a rainha. Um exemplo disso é que, apesar de Tiye estar representada na tumba de Anen, em nenhum momento ele menciona que são irmãos (Robins, 2002, p. 30).

A importância de Tiye não é refletida apenas no governo de seu marido, mas, também, no de seu filho. Depois da morte de Amenhotep III, o rei de Mitani, Tushratta, escreveu para a rainha pedindo para que ela lembrasse seu filho sobre os acordos que já haviam sido estabelecidos entre os dois reinos, uma vez que, nas palavras do rei mitânio: “E é você, por outro lado, mais do que todos eles, quem sabe as palavras que nós dissemos um ao outro.

¹⁵ Original: “quasi-kingly status” (Dodson, 2014, p. 54).

¹⁶ Ver a obra de Carolyn Graves-Brown (2010, p. 143-144).

Ninguém mais as sabe”.¹⁷ Tiye foi a única rainha a receber uma carta enviada por um rei estrangeiro, no corpo documental de Amarna. Isso, por si só, já aponta a relevância e o conhecimento da rainha acerca dos assuntos diplomáticos. Quando Tushratta dedica uma correspondência para Tiye, exclusivamente para que ela guie os modos de Akhenaton em relação aos tratados, ele nos afirma que Tiye tinha conhecimento e participação ativa na negociação entre os dois reinos. Tushratta reforça ainda mais essa ideia ao se referir à Tiye em cartas endereçadas ao Akhenaton, pedindo para que o faraó escute o que sua mãe tem a dizer sobre acordos prévios (cartas EA28 e EA29).

Ultrapassadas as fronteiras do Egito, Tiye, então, conseguiu impor sua autoridade no exterior: na Núbia, como divindade, e na Ásia, como conselheira das relações com Mitani. Mais do que isso, a influência de Tiye se expandiu para além do governo de Amenhotep III, chegando no de seu filho, Akhenaton, agora não apenas como “Grande Esposa Real”, mas, também, como “Mãe do Rei”. Esses eram os dois títulos que estavam no topo da hierarquia para as mulheres da realeza, seguidos por “Filha do Rei” e “Irmã do Rei” (Oliver, 2008, p. 107).

Iconograficamente, Tiye continuou sendo representada de modo a se destacar, mesmo quando Akhenaton mudou as regras da arte no Período de Amarna. A arte amarniana se desenvolveu de forma a direcionar os olhos para a família real. Com isso, induzia o culto a Akhenaton e sua esposa, Nefertiti, a partir da valorização de cenas cotidianas e familiares e da criação de uma imagem geométrica para o deus Aton. Essa mudança, porém, não excluiu Tiye das imagens. Tiye ganhou um novo templo solar¹⁸ durante o governo de seu filho. Esses templos *Sunshade* eram espaços intimamente conectados com as mulheres da família real e, como Tiye ganhou um completamente dedicado a ela, fica mais do que claro que essa rainha estava inclusa no programa de construção e de culto de Amarna (Arnold, 1997, p. 27). A construção do templo de Tiye foi celebrada e, possivelmente, representada na tumba de Huya, um alto funcionário. Nessa tumba existe um relevo de um banquete em que vemos a figura de Tiye na direita, com

¹⁷ Trecho da Carta EA26.

¹⁸ Refiro-me a um tipo específico de templo solar, que, em inglês, traduz-se como *sunshade*, contudo há um debate sobre o significado desse nome. A palavra egípcia *shut*, que traduzimos como “sombra” (*shade*) não parece se referir a um espaço sombreado. Por isso, opto por não induzir uma tradução ao português.

sua filha Beketaten e, na esquerda, Akhenaton e Nefertiti, acompanhados de duas de suas filhas. Em relação às proporções, Akhenaton ainda tem destaque, mas Tiye e Nefertiti não são muito diferentes do rei. O mais interessante, porém, são algumas das inscrições deste relevo, em que se lê “A Mãe do Rei, Esposa Principal do Rei, Tiye, que ela viva para sempre continuamente” e “O favorito de Waenre, o atendente do Senhor das Duas Terras em todos os locais que ele quiser, superintendente dos aposentos, do tesouro, dos servos da Mãe do Rei, Esposa Real, Tiye – que ela viva – Huya, justificado” (Murnane, 1995, p. 131-133, tradução da autora). De acordo com o texto, Huya era funcionário de Tiye, e o enfoque na rainha mostra que a dedicatória em sua tumba estava centrada em Tiye, não no rei e Nefertiti, apesar de sua presença na cena.

Ao longo de sua vida, Tiye conquistou respeito dentro e fora das fronteiras do Egito, e a famosa cabeça de Tiye, exposta hoje em Berlim,¹⁹ nos dá ainda mais pistas sobre como ela era vista. A peça nos revela uma mulher de meia-idade, sem os traços joviais que a tradicional arte egípcia tanto presa em representar. Isso não significa, entretanto, que a imagem de Tiye se desgastou durante o governo de Akhenaton. Pelo contrário, ao enfatizar esses traços mais velhos, evoca-se o conceito de “homem sábio” – aquele que sabe as coisas. Essa cabeça pode, ainda, ter feito parte do culto de Amenhotep III, após sua morte, representando Tiye como uma deusa funerária (Arnold, 1997, p. 30-34).

As representações de Tiye são muito diferentes das representações de rainhas anteriores e demonstram a força e o respeito que tinha – no Egito e fora dele. Mais do que isso, Tiye se apresenta como um exemplo ideal do *queenship*, sendo a contraparte do rei por meio dos títulos de “Grande Esposa Real” e “Mãe do Rei”. Não há dúvidas de que essa rainha foi necessária para o governo egípcio. Tiye assumiu o papel de rainha, de deusa, de esposa e de mãe, contemplando os aspectos do princípio feminino e permitindo a manutenção da *maat*. Além disso, foi capaz de estabelecer um padrão para as mulheres da realeza que vieram depois dela, possibilitando uma maior autoridade feminina – elevada com Nefertiti, mas continuada mesmo após o Período de Amarna.

¹⁹ *Kopf einer Statuette der Königin Teje*. Atualmente no Neues Museum, número de catálogo: ÄM 21834.

Referências bibliográficas

- ALDRED, Cyril. *Akhenaten*. King of Egypt. Londres: Thames e Hudson, 1994.
- ARNOLD, Dorothea. Na Artistic Revolution: the early years of king Amenhotep IV/ Akhenaten. In: _____. (ed.). *The Royal Women of Amarna: Images of Beauty from Ancient Egypt*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 1997.
- BAKOS, Margaret. *Fatos e Mitos do Antigo Egito*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- BERMAN, Lawrence M. Overview of Amenhotep III and his reign. In: O'CONNOR, David; CLINE, Eric H. (eds.) *Amenhotep III: perspectives on his reign*. Michigan: University of Michigan Press, 2004.
- BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty Before the Amarna Period. In: SHAW, Ian (ed.). *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 207-264.
- DODSON, Aidan. *Amarna Sunrise*. Cairo: The American University in Cairo Press, 2014.
- EARENFIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave MacMillan, 2013.
- GALÁN, José Manuel. El paso del tiempo y el recuerdo del pasado en el antiguo Egipto. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, v. 59, n. 1, 2014, p. 37-55.
- GRAVES-BROWN, Carolyn. *Dancing for Hathor: Women in Ancient Egypt*. Londres: Continuum, 2010.
- GREEN, L. *The Royal Women of Amarna: who was who*. In: ARNOLD, Dorothea (ed.). *The Royal Women of Amarna: Images of Beauty from Ancient Egypt*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 1997.
- HART, George. *Dictionary of Egyptian Gods and Goddesses*. Londres: Routledge, 2005.
- KOZLOFF, Arielle P. *Amenhotep III: Egypt's Radiant Pharaoh*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012
- LICHTHEIM, Miriam. *Ancient Egyptian Literature: The New Kingdom*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2006.
- MURNANE, William J. *Texts From The Amarna Period in Egypt*, Atlanta: Scholar Press, 1995.
- O'CONNOR, David; CLINE, Eric H. (eds.) *Amenhotep III: perspectives on his reign*. Michigan: University of Michigan Press, 2004.

- OLIVER, Anette. *Social Status of Elite Women of the New Kingdom of Ancient Egypt*. Dissertation (Master of Arts in Ancient Near Eastern Studies). University of South Africa, 2008.
- ROBINS, Gay. Problems Concerning Queens and *Queenship* on Eighteenth Dynasty Egypt. *NIN*, v. 3, n. 1, 2002, p. 25-31
- SANTOS-SILVA, Danielle de Oliveira dos. *Queenship*: considerações sobre um conceito. In: ANTUNES, Aline Ferreira (org.). *História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades 2*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2021. p. 220-231.
- SOUZA, Ana Cristina Ferreira de. *Nefertiti: sacerdotisa, deusa e faraó*. São Paulo: Madras, 2012.
- TROY, Lana. The Ancient Egyptian *Queenship* as an Icon of State. *NIN*, v. 3, n. 1, 2002, p. 1-25
- WATTERSON, Barbara. *Women in Ancient Egypt*. Stoud: Amberley, 2013.